



MATRIA

**OPINIÕES DOS
ELEITORES
BRASILEIROS SOBRE
POLÍTICAS DE GÊNERO
E DIREITO DAS
MULHERES**

20
26



MATRIA

MULHERES ASSOCIADAS,
MÃES E TRABALHADORAS DO BRASIL

SUMÁRIO

04

1. APRESENTAÇÃO

05

2. METODOLOGIA

- 2.1 FICHA TÉCNICA
- 2.2 A ESCOLHA DA LINGUAGEM
- 2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PERGUNTAS ABERTAS ("SABE/NÃO SABE")
- 2.4 REGRA DE AGREGAÇÃO DA REJEIÇÃO ("% CONTRA")
- 2.5 COTAS: UMA PERGUNTA QUE VIROU DUAS
- 2.6 AGREGAÇÃO DE GRUPOS PEQUENOS

09

3. PERFIL DA AMOSTRA E DO ELEITORADO

11

4. CONHECIMENTO SOBRE OS TERMOS CENTRAIS

- 4.1 O QUE OS BRASILEIROS ENTENDEM POR "MULHER TRANS" E "CRIANÇA TRANS"
- 4.2 QUEM SABE MAIS, QUEM SABE MENOS

18

5. REJEIÇÃO A POLÍTICAS ESPECÍFICAS

- 5.1 ESPAÇOS FEMININOS: BANHEIROS, PRESÍDIOS E ESPORTES
- 5.2 COTAS: ELEITORAIS E UNIVERSITÁRIAS
- 5.3 BLOQUEADORES DE PUBERDADE E HORMÔNIOS DO SEXO OPOSTO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

21

6. QUEM REJEITA MAIS, QUEM REJEITA MENOS

- 6.1 VOTO EM 2022 E INTENÇÃO DE VOTO EM 2026
- 6.2 POSICIONAMENTO POLÍTICO
- 6.3 SEXO, ESCOLARIDADE E RENDA
- 6.4 UMA LEITURA CONJUNTA

27

7. COMPARAÇÃO COM A PESQUISA DE 2024

- 7.1 O QUE É DIRETAMENTE COMPARÁVEL
- 7.2 VOTO EM 2022 E REJEIÇÃO A BANHEIROS
- 7.3 CONHECIMENTO SOBRE "O QUE É MULHER TRANS"
- 7.4 O QUE NÃO É DIRETAMENTE COMPARÁVEL

30

8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- 8.1 UM DESCONHECIMENTO QUE SE APROFUNDA QUANDO O TEMA ENVOLVE CRIANÇAS
- 8.2 UMA REJEIÇÃO QUE ATRAVESSA O ESPECTRO POLÍTICO
- 8.3 BLOQUEADORES DE PUBERDADE E HORMÔNIOS DO SEXO OPOSTO: O MAIOR CONSENSO DA PESQUISA
- 8.4 UMA CONCLUSÃO EM DUAS PARTES

32

9. REFERÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4275, passou a permitir a alteração de nome e sexo em registros civis com base exclusivamente na autodeclaração verbal, sem exigência de laudos médicos, cirurgia, tratamento hormonal ou autorização judicial. A partir de então, a autoidentificação de gênero passou a ocupar um espaço cada vez mais amplo no debate público e na formulação de políticas, ultrapassando o âmbito dos registros civis e alcançando questões como acesso a banheiros, presídios e competições esportivas femininas, políticas de cotas e medidas voltadas a crianças e adolescentes.

É nesse contexto de ampliação do uso da autoidentificação de gênero que se insere a II Pesquisa Nacional de Opinião encomendada pela MATRIA (Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil) e realizada pela Ágile Pesquisas entre 17 de junho e 2 de julho de 2026. Por meio de entrevistas telefônicas (CATI) com 1.116 eleitores brasileiros, em amostra representativa do eleitorado nacional, a pesquisa busca identificar como a população compreende os principais termos envolvidos nesse debate e quais são suas posições sobre a extensão da autoidentificação de gênero a espaços, direitos e políticas públicas historicamente organizados segundo o sexo.

A pesquisa de 2026 é a segunda realizada pela MATRIA sobre o tema. Em 2024, a MATRIA publicou o relatório “Opiniões dos eleitores brasileiros sobre a autoidentificação de gênero”, com os resultados de uma pesquisa de opinião pública até então inédita sobre a percepção dos brasileiros a respeito de políticas de gênero. O estudo, realizado pela IRG Pesquisas, recebeu o Prêmio Inovação TEP TALKS ABRAPEL/IPESPE¹ durante o III Seminário Internacional da ABRAPEL e foi apresentado no XI Congresso da WAPOR² Latinoamérica e no Seminário de Estudos de Opinião Patrícia Andrade del Cid, na Universidad Veracruzana, no México. Parte das perguntas de 2024 foi repetida em 2026, o que permite comparar os resultados dos dois anos (seção 7).

¹. ABRAPEL: Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais; IPESPE: Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas.

². World Association for Public Opinion Research.

2. METODOLOGIA

2.1 FICHA TÉCNICA

Tabela 1: Ficha técnica da pesquisa

Item	Descrição
Contratante	MATRIA, Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil
Instituto responsável	Ágili Pesquisas e Marketing
Universo da pesquisa	Eleitores brasileiros (16 anos ou mais), residentes em todo o território nacional
Amostra	1.116 entrevistas
Período de campo	17 de junho a 2 de julho de 2026
Método de coleta	CATI (entrevistas por telefone)
Margem de erro	3 pontos percentuais, para mais ou para menos, com 95% de nível de confiança
Ponderação	A amostra foi estratificada por sexo, idade, escolaridade, nível econômico e região geográfica, com base no Censo IBGE e em dados oficiais do eleitorado
Registro na Justiça Eleitoral	BR-05097/2026, conforme a Resolução TSE nº 23.600/2019 e suas atualizações, incluindo a Resolução nº 23.747/2026
Responsável técnico	Márcio Bartolomeu Azevedo da Costa (CONRE nº 9327)

Fonte: Ágili Pesquisas, Pesquisa Eleitoral Brasil, 2026.

2.2 A ESCOLHA DA LINGUAGEM

A pesquisa evitou deliberadamente o uso de jargões técnicos ou termos próprios do debate ativista nas perguntas sobre o acesso a espaços, direitos e políticas públicas. Em vez de perguntar, por exemplo, sobre o acesso de "mulheres trans" a banheiros, presídios ou categorias esportivas femininas, o questionário descreveu diretamente a situação objeto da pergunta: "pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher".

Essa escolha metodológica busca minimizar um possível viés de compreensão e assegurar que as respostas reflitam, tanto quanto possível, a opinião dos entrevistados sobre a situação concreta apresentada, e não sua familiaridade, interpretação ou reação ao termo utilizado para descrevê-la. A opção é particularmente relevante diante dos resultados apresentados na seção 4 deste relatório, que indicam que uma parcela expressiva da população não define com precisão o que é uma "mulher trans". Nesse contexto, formular as perguntas exclusivamente a partir de um termo técnico poderia introduzir uma fonte adicional de variação nas respostas: entrevistados poderiam responder ao significado que atribuem ao rótulo, ou até mesmo não compreender

plenamente o que ele descreve, em vez de avaliar a situação ou política pública apresentada. A descrição da situação concreta procura, portanto, tornar o objeto da pergunta mais inequívoco e permitir uma mensuração mais direta da opinião sobre a questão investigada.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PERGUNTAS ABERTAS ("SABE/NÃO SABE")

A pesquisa investigou a compreensão dos entrevistados sobre os termos centrais do debate por meio de duas perguntas abertas: "Pelo que o(a) Sr.(a) sabe ou já ouviu falar, o que é uma mulher trans?" e "Pelo que o(a) Sr.(a) sabe ou já ouviu falar, o que é uma criança trans?". As respostas foram registradas literalmente e depois agrupadas em categorias. Para resumir esse resultado em um único indicador, elas foram classificadas em apenas duas categorias: **sabe**, quando a resposta contém o elemento central do conceito, e **não sabe**, que inclui tanto quem respondeu diretamente "não sabe" quanto quem deu uma definição incompatível com o conceito, como "mulher que gosta de mulher" ou "não existe criança trans".

Para "mulher trans", considerou-se como resposta correspondente ao conceito aquela que descrevesse uma pessoa do sexo masculino que se identifica como mulher ou manifesta sentimento de pertencimento ao sexo oposto. Essa definição operacional toma como referência a forma como o conceito de pessoa trans é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, s.d.) e pela American Psychological Association (APA, s.d.), que o relacionam à não correspondência entre o sexo e a identidade de gênero.

Não foi exigida menção a vestimenta, tratamento hormonal ou cirurgia, pois tanto nas definições adotadas como referência quanto na Decisão do STF, esses elementos não são necessários para caracterizar uma pessoa como trans. Por isso, respostas baseadas exclusivamente em aspectos físicos ou comportamentais, como "fez cirurgia para se tornar mulher" ou "se veste como mulher", sem referência à identificação, foram classificadas como "não sabe". Esse critério foi adotado devido à diferenciação feita pela APA entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual: características como vestimenta ou atração por pessoas do mesmo sexo, isoladamente, não correspondem ao conceito de identidade de gênero adotado como referência (APA, s.d.).

Na pergunta sobre "criança trans", o mesmo princípio foi aplicado: só foram classificadas como "sabe" as respostas que descrevem diretamente uma criança que não se identifica ou não reconhece o sexo com que nasceu. Respostas que fazem menção a falta de maturidade ou a influência de terceiros, foram classificadas como incorretas, mesmo quando próximas do tema (seção 4.1). Respostas que reduzem a deia a um único sentido de identificação de gênero, como "menino que se identifica

como menina”, foram classificadas como incorretas, assim como qualquer menção a falta de maturidade ou a influência de terceiros, foram classificadas como incorretas, mesmo quando próximas do tema (seção 4.1). Respostas que reduzem a ideia a um único sentido de identificação de gênero, como “menino que se identifica como menina”, foram classificadas como incorretas, assim como qualquer menção a falta de maturidade ou a influência de terceiros, mesmo quando próximas do tema (seção 4.1).

Em ambas as perguntas, “sabe” indica apenas que a resposta espontânea continha o elemento conceitual definido como critério de classificação, e não concordância ou aceitação do conceito. O critério de “mulher trans” foi mantido na comparação com 2024 apresentada na seção 7.

2.4 REGRA DE AGREGAÇÃO DA REJEIÇÃO (“% CONTRA”)

Seis perguntas da pesquisa pedem que o entrevistado diga se concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte ou discorda totalmente de uma afirmação. Cinco delas tratam do acesso de pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher a determinado espaço, direito ou política (banheiros femininos, presídios femininos, esportes femininos, cotas eleitorais para mulheres e cotas em universidades públicas), e a sexta trata do uso de bloqueadores de puberdade em crianças e adolescentes. Os enunciados, tal como foram lidos aos entrevistados, estão na Tabela 2.

Tabela 2: Enunciados das seis perguntas de concordância

Tema	Enunciado lido ao entrevistado
Banheiros femininos	Pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher têm o direito de acessar banheiros femininos?
Presídios femininos	Pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher têm o direito de ser transferidos para prisões femininas?
Esportes femininos	Pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher têm o direito de competir em categorias femininas de esporte?
Cotas eleitorais	Pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher têm o direito de competir por cotas eleitorais para mulheres?
Cotas em universidades	Pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher têm direito a cotas em universidades públicas?
Bloqueadores de puberdade	Crianças e adolescentes podem receber bloqueadores da puberdade e hormônios do sexo oposto caso não se reconheçam como sendo do sexo do seu nascimento?

Fonte: questionário da Pesquisa Ágile 2026. Opções de resposta: concorda totalmente, concorda em parte, não concorda nem discorda, discorda em parte, discorda totalmente, não sabe/não respondeu.

Para as perguntas acima, a resposta "concorda em parte" foi somada à rejeição ("% Contra"), e não à concordância ("% A favor"), e a base de cálculo de cada percentual excluiu as respostas "não concorda, nem discorda" e "não sabe/não respondeu" do denominador.

A justificativa para tal decisão é que a autoidentificação de gênero, tal como instituída pela decisão do STF na ADI 4275, é uma política de natureza totalmente declaratória, que não admite condições prévias como cirurgia, laudos médicos ou tratamento hormonal. Uma resposta "concordo em parte" que impõe alguma dessas condições não expressa apoio, ainda que parcial, à política tal como ela existe na prática; expressa, na verdade, a defesa de um modelo distinto e mais restritivo do que o vigente. Tratar essa resposta como concordância infla artificialmente o apoio a uma política que, em seus termos reais, está sendo rejeitada.

Excluir "não sabe" e "não concorda, nem discorda" do denominador, em vez de mantê-los como categoria residual dentro dos 100%, permite que os percentuais de rejeição publicados neste relatório sejam conferidos diretamente a partir das contagens brutas de quem se posicionou a favor ou contra. Essa é a mesma regra usada na pesquisa de 2024 e mantida aqui para preservar a comparabilidade, discutida na seção 7.

2.5 COTAS: UMA PERGUNTA QUE VIROU DUAS

Em 2024 a pesquisa continha uma única pergunta, cobrindo cotas em universidades e concursos públicos conjuntamente. Em 2026 o tema foi desdobrado em duas perguntas separadas (cotas eleitorais para mulheres e cotas em universidades públicas), o que permite uma leitura mais precisa dentro de 2026, mas significa que os números de cotas de 2024 e 2026 não são diretamente comparáveis entre si (seção 7.4).

2.6 AGREGAÇÃO DE GRUPOS PEQUENOS

Com 1.116 entrevistados, a pesquisa tem margem de erro de 3 pontos percentuais para a amostra total; cruzamentos com grupos menores têm margem de erro maior. Por isso, ao longo deste relatório, variáveis com muitas categorias pequenas foram agregadas em grupos maiores antes de qualquer cruzamento, por exemplo, escolaridade em "até médio" e "superior", ou candidaturas presidenciais menores em um bloco único de "terceira via". Dois cortes foram descartados por essa mesma razão: por orientação sexual (que só sustenta uma comparação agregada entre heterossexuais e não heterossexuais, estes últimos somando 78 casos) e por identidade de gênero (autodeclaração de ser pessoa trans, concentrada em 21 casos), pequenos demais para qualquer leitura com confiança. Os critérios de agregação usados em cada cruzamento estão descritos junto à respectiva tabela.

3. PERFIL DA AMOSTRA E DO ELEITORADO

A amostra de 1.116 entrevistados se dividiu em 52,0% de homens e 48,0% de mulheres, com concentração nas faixas etárias de 45 a 59 anos (30,4%) e 35 a 44 anos (26,9%). A escolaridade predominante foi o ensino médio (50,9%), seguido do superior (29,6%) e do fundamental (19,5%). Em termos regionais, o Sudeste concentrou 41,5% da amostra, seguido do Nordeste (27,4%), Sul (14,5%), Norte (8,4%) e Centro-Oeste (8,2%). Esses números refletem a distribuição efetivamente obtida na coleta, calculada diretamente dos microdados, sem qualquer ponderação adicional; a coleta foi feita por cotas estratificadas por sexo, idade, escolaridade, nível econômico e região geográfica, com base no Censo IBGE e em dados oficiais do eleitorado.

O levantamento também traçou um perfil eleitoral e político do entrevistado, resumido na Tabela 3, que traz também a pergunta feita em cada caso.

Tabela 3: Perfil eleitoral e político dos entrevistados

Variável	Distribuição
Voto estimulado para Presidente (2026) <i>Pergunta: "Se a eleição para Presidente fosse realizada hoje, em qual dos candidatos que vamos citar, o(a) Sr.(a) votaria?"</i>	Lula (PT) 36,4%; Flávio Bolsonaro (PL) 25,7%; Ronaldo Caiado (PSD) 4,2%; Romeu Zema (Novo) 3,3%; Renan Santos (Missão) 2,5%; Joaquim Barbosa (DC) 1,9%; Augusto Cury (Avante) 0,9%; Cabo Daciolo (Mobiliza) 0,7%; Nenhum 14,7%; Não sabe/Não respondeu 9,7%
Voto no 2º turno das eleições de 2022 (lembança) <i>Pergunta: "O(a) Sr.(a) se lembra em quem votou no 2º turno para Presidente nas eleições de 2022?"</i>	Lula 43,2%; Jair Bolsonaro 35,0%; Nenhum 14,4%; Não sabe/Não respondeu 7,3%
Posicionamento político declarado <i>Pergunta: "Politicamente dizendo, o(a) Sr.(a) se considera:"</i>	Sem posicionamento político 32,6%; Direita 26,0%; Esquerda 22,5%; Centro 9,2%; Extrema-direita 3,4%; Extrema-esquerda 1,6%; Não sabe/Não respondeu 4,7%
Filhos <i>Pergunta: "O(a) Sr.(a) tem filhos?"</i>	Sim 69,4%; Não 30,6%
Orientação sexual declarada <i>Pergunta: "Quanto a sua orientação sexual, o(a) Sr.(a) se considera:"</i>	Heterossexual 88,8%; Bissexual 2,8%; Homossexual 2,4%; Outra 1,8%; Não sabe/Não respondeu 4,2%
Identidade de gênero (considera-se pessoa trans) <i>Pergunta: "E quanto à sua identidade de gênero, o(a) Sr.(a) se considera uma pessoa trans?"</i>	Não 95,9%; Sim 1,9%; Não sabe/Não respondeu 2,2%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026 (N=1.116).

O dado mais notável desta tabela é o dado de quem se declara "sem posicionamento político": é o maior segmento isolado da amostra (32,6%), na pergunta sobre posicionamento político, maior do que qualquer categoria política específica. Esse grupo aparece de forma recorrente nas seções 6 e 8 deste relatório, rejeitando as políticas pesquisadas em níveis altos, sempre acima da esquerda e, em vários itens, também acima do centro declarado.

4. CONHECIMENTO SOBRE OS TERMOS CENTRAIS

4.1 O QUE OS BRASILEIROS ENTENDEM POR "MULHER TRANS" E "CRIANÇA TRANS"

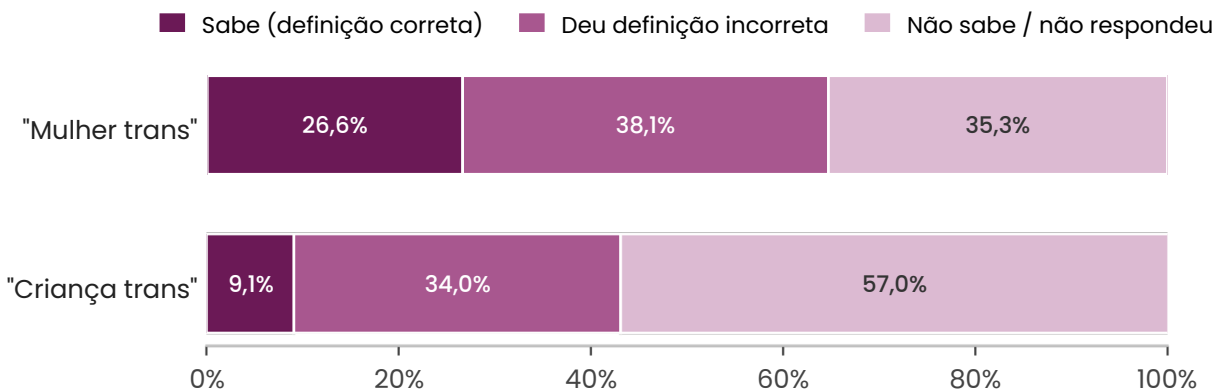
Aplicando o critério descrito na seção 2.3 às duas perguntas abertas, apenas 26,6% dos entrevistados souberam definir corretamente o que é uma mulher trans (297 dos 1.116 casos): "Homem que se identifica como mulher" e suas variações, como "Homem que se identifica como mulher e faz tratamento hormonal/se veste como mulher". Entre os demais, 35,3% responderam diretamente "não sabe" e 38,1% deram uma definição incorreta ou incompatível com o conceito. Quando o tema é criança trans, o desconhecimento é ainda maior: apenas 9,1% (101 casos) deram uma definição compatível ("Criança que não se identifica com o sexo que nasceu/não reconhece o seu sexo de origem"), e 57,0% admitiram diretamente não saber do que se trata (Tabela 4 e Gráfico 1).

Tabela 4: Conhecimento sobre os termos "mulher trans" e "criança trans"

Pergunta aberta	% que respondeu corretamente ("sabe")	% que disse não saber	Respostas distintas registradas
Mulher trans	26,6%	35,3%	69
Criança trans	9,1%	57,0%	79

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. Critério de classificação da seção 2.3. A coluna "Respostas distintas registradas" refere-se ao número de formulações de texto diferentes dadas pelos 1.116 entrevistados, não ao número de entrevistados.

Gráfico 1: Classificação das respostas às perguntas abertas (% do total de entrevistados)



Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026 (N=1.116). "Não sabe / não respondeu" inclui apenas quem respondeu diretamente não saber; no caso de "criança trans", respostas como "nunca ouviu falar" estão em "definição incorreta".

As respostas dos 1.116 entrevistados à pergunta sobre “mulher trans” foram inicialmente comparadas entre si, permitindo identificar 69 formulações textuais distintas. Essas formulações foram então submetidas a uma análise de conteúdo e agrupadas segundo a categoria de sentido a que correspondiam (Tabelas 5 e 6 e Gráfico 2). O resultado confirma, em maior detalhe, o achado anterior: a definição correta é minoritária, enquanto as respostas incorretas se distribuem em seis tipos de erro conceitual distintos, sem que nenhum deles seja majoritário.

Tabela 5: Classificação das respostas sobre “mulher trans”, por grupo

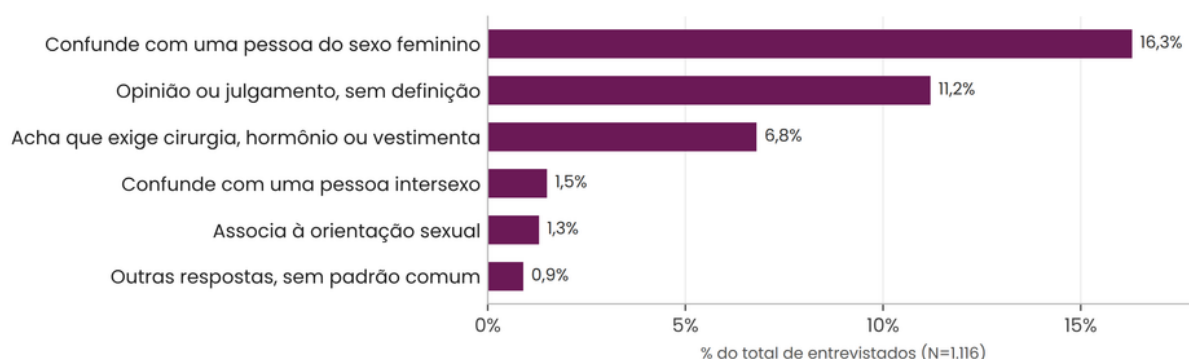
Grupo	Casos	% do total
I. Respostas corretas	297	26,6%
II. Respostas incorretas	425	38,1%
III. Não sabe / não respondeu	394	35,3%
Total	1.116	100%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026 (N=1.116). Classificação de conteúdo das 69 respostas distintas registradas para a pergunta aberta sobre “mulher trans”.

Tabela 6: Respostas incorretas sobre “mulher trans”, por tipo de erro

Subgrupo	Descrição	Casos	% do total	% das incorretas
II.a	Confunde com uma pessoa do sexo feminino	182	16,3%	42,8%
II.b	Acha que exige cirurgia, hormônio ou vestimenta específica	76	6,8%	17,9%
II.c	Confunde com uma pessoa intersexo	17	1,5%	4,0%
II.d	Identifica que é um homem, mas associa à orientação sexual	15	1,3%	3,5%
II.e	Opinião ou julgamento, sem apresentar uma definição	125	11,2%	29,4%
II.f	Outras respostas incorretas, sem padrão comum	10	0,9%	2,4%
Total incorretas		425	38,1%	100%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. “% das incorretas” toma como base os 425 casos do grupo II.

Gráfico 2: Tipos de erro nas respostas sobre "mulher trans" (% do total de entrevistados)

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026 (N=1.116).

O maior subgrupo de erro (II.a, 16,3% do total da amostra) reúne respostas que confundem a definição de mulher trans com a de uma pessoa do sexo feminino sob algum aspecto, como "mulher que se identifica como homem" ou "mulher que fez cirurgia para se tornar homem", invertendo os sexos ou, em 32 casos, confundindo "mulher trans" com mulheres lésbicas ("Mulher que gosta de mulher"). Esse achado reforça a escolha de linguagem descrita na seção 2.2: como uma parcela relevante dos entrevistados acredita que uma mulher trans seja uma pessoa do sexo feminino, perguntas formuladas simplesmente em termos de "mulheres trans" poderiam produzir respostas sobre uma população diferente daquela que se pretende investigar.

O segundo maior subgrupo (II.e, 11,2%) não chega a formular uma definição: é uma opinião, um julgamento moral ou descritivo sobre a pessoa ("uma mulher igual às outras", "falta de vergonha na cara", "não concorda com a ideia"), sem indicar o que entende pelo termo. Um terceiro grupo relevante (II.b, 6,8%) associa a definição a pré-requisitos como ter feito cirurgia, fazer uso de hormônios ou usar certas roupas, que não são condições para uma autodeclaração de gênero, como pontuado nas seções 1 e 2.4. Os demais tipos de erro (confundir com condições intersexo, com orientação sexual, ou respostas sem padrão) somam, juntos, 3,7% da amostra.

Diversidade e consistência das respostas

A variedade das respostas é, em si, um dado relevante: não há um vocabulário compartilhado sobre o tema. Os entrevistados deram 69 respostas diferentes para a pergunta. Dessas, 40 apareceram uma única vez, ou seja, foram ditas por apenas uma pessoa cada, e somam 40 entrevistados, ou 3,6% da amostra. As outras 29 respostas foram dadas pelos 1.076 entrevistados restantes. No conjunto da amostra, 35,3% disseram não saber e 26,6% deram a definição correta. Os demais 38,1% deram respostas incorretas, espalhadas por 64 formulações diferentes, totalizando 73,4% de imprecisão e desconhecimento sobre o termo.

Como referência, as respostas mais frequentes registradas para cada pergunta (excluído "não sabe/não respondeu") constam nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7: Respostas mais frequentes à pergunta sobre "mulher trans"

Resposta registrada	% do total
Homem que se identifica sendo mulher	24,3%
Mulher que se identifica sendo homem	7,4%
Homem que fez cirurgia para se tornar mulher	6,5%
Mulher que fez cirurgia para se tornar homem	4,9%
Uma mulher igual todas as outras	3,9%
Mulher que gosta de mulher	2,9%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026 (N=1.116).

Tabela 8: Respostas mais frequentes à pergunta sobre "criança trans"

Resposta registrada	% do total
Criança que não reconhece o seu sexo de origem	8,8%
Não existe crianças trans	7,7%
É um problema	5,8%
Nunca ouviu falar	2,4%
Não concorda	2,2%
Criança já nasceu trans	1,7%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026 (N=1.116).

As 79 formulações distintas dadas à pergunta sobre "criança trans" foram submetidas à mesma análise de conteúdo, com o critério descrito na seção 2.3: só contam como corretas as respostas que descrevem diretamente uma criança que não se identifica ou não reconhece o sexo com que nasceu. Foram classificadas como incorretas também as respostas que apenas registram desconhecimento ("não sabe/não respondeu", "nunca ouviu falar", "já ouviu falar mas não soube dizer o quê").

Tabela 9: Classificação das respostas sobre "criança trans", por grupo

Grupo	Casos	% do total
I. Respostas corretas	101	9,1%
II. Respostas incorretas	1.015	90,9%
Total	1.116	100%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026 (N=1.116). Classificação de conteúdo das 79 respostas distintas registradas para a pergunta aberta sobre "criança trans".

Tabela 10: Respostas incorretas sobre "criança trans", por tipo de erro

Subgrupo	Descrição	Casos	% do total	% das incorretas
II.a	Não sabe, nunca ouviu falar ou ouviu falar mas não soube definir	672	60,2%	66,2%
II.b	Opinião ou julgamento, sem apresentar uma definição	240	21,5%	23,6%
II.c	Associa a aparência, comportamento ou condição intersexo	51	4,6%	5,0%
II.d	Atribui à falta de maturidade da criança	24	2,2%	2,4%
II.e	Confunde com sexualidade ou orientação sexual	15	1,3%	1,5%
II.f	Atribui a influência externa (pais, sociedade)	13	1,2%	1,3%
Total incorretas		1.015	90,9%	100%

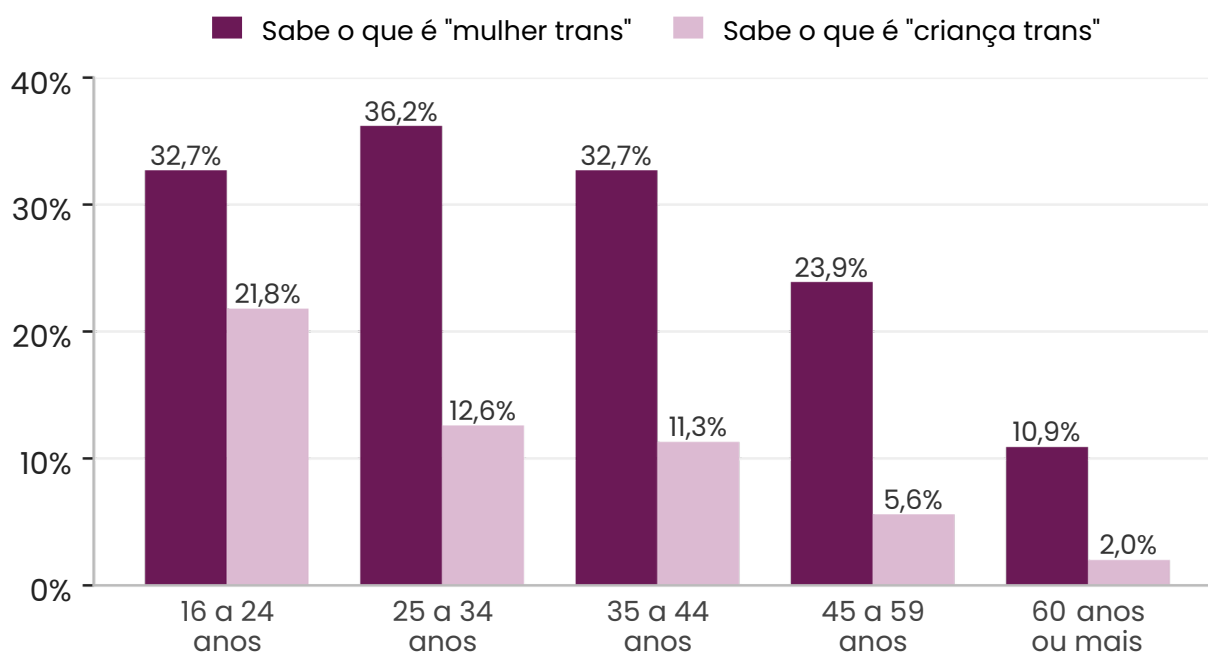
Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026. "% das incorretas" toma como base os 1.015 casos do grupo II. O subgrupo II.a inclui quem respondeu diretamente "não sabe/não respondeu" (636 casos), "nunca ouviu falar" (27) e "já ouviu falar sobre" (9).

O padrão de respostas para a pergunta sobre a definição de criança trans é bem mais concentrado do que o padrão de respostas sobre mulher trans: quase dois terços das respostas incorretas (II.a, 60,2% do total da amostra) simplesmente admitem desconhecimento do tema. Do restante, o maior bloco (II.b, 21,5%) são opiniões e julgamentos que não chegam a definir o termo; inclui, como resposta isolada mais frequente dentro desse subgrupo, "não existe crianças trans" (86 casos, 7,7% do total). Os demais tipos de erro (confundir com comportamento ou vestimenta, atribuir à falta de maturidade, confundir com sexualidade ou atribuir à influência externa) somam, juntos, pouco mais de 9% da amostra.

4.2 QUEM SABE MAIS, QUEM SABE MENOS

O desconhecimento não se distribui de forma uniforme. Cinco variáveis mostram diferenças relevantes: idade, religião, escolaridade, renda familiar e sexo.

Idade: o conhecimento sobre mulher trans fica entre 32,7% e 36,2% nas faixas de até 44 anos, cai para 23,9% na faixa de 45 a 59 anos e para 10,9% entre os que têm 60 anos ou mais. O mesmo padrão, mais acentuado, aparece para criança trans: o conhecimento do termo representa 21,8% da amostra entre os mais jovens (16 a 24 anos) contra 2,0% entre os que têm 60 anos ou mais (Gráfico 3).

Gráfico 3: Conhecimento sobre os termos, por faixa etária (% que sabe)

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. Critério de classificação da seção 2.3. Casos por faixa: 16 a 24 anos (101), 25 a 34 (174), 35 a 44 (300), 45 a 59 (339), 60 ou mais (202).

Religião: quem não tem religião ou segue religiões de matriz africana tem conhecimento sobre criança trans duas vezes maior (15,1%) do que o observado entre católicos e evangélicos somados (7,2%). No caso de mulher trans, a diferença também aparece, mas é menor: 33,8% contra 24,4%, cerca de 9 pontos percentuais. Entre católicos (23,9%) e evangélicos (25,4%), o conhecimento sobre mulher trans é praticamente o mesmo.

Escolaridade: agregando ensino fundamental e médio num grupo "até médio" (786 casos) e comparando com "superior" (330 casos), a diferença é clara nos dois termos (Tabela 11).

Tabela 11: Conhecimento sobre os termos, por escolaridade

Escolaridade	% que sabe: mulher trans	% que sabe: criança trans
Até médio (N=786)	23,7%	7,0%
Superior (N=330)	33,6%	13,9%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026.

Quem tem ensino superior soube definir corretamente mulher trans quase 10 pontos percentuais mais que quem tem até o ensino médio, e quase o dobro no caso de criança trans.

Renda familiar: agregada em "até 5 salários mínimos (SM)" (765 casos) e "mais de 5 SM" (289 casos, excluídos 62 casos de renda não informada).

Tabela 12: Conhecimento sobre os termos, por renda familiar

Renda familiar	% que sabe: mulher trans	% que sabe: criança trans
Até 5 SM (N=765)	26,4%	7,6%
Mais de 5 SM (N=289)	26,6%	12,8%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026. Exclui 62 casos de renda não informada.

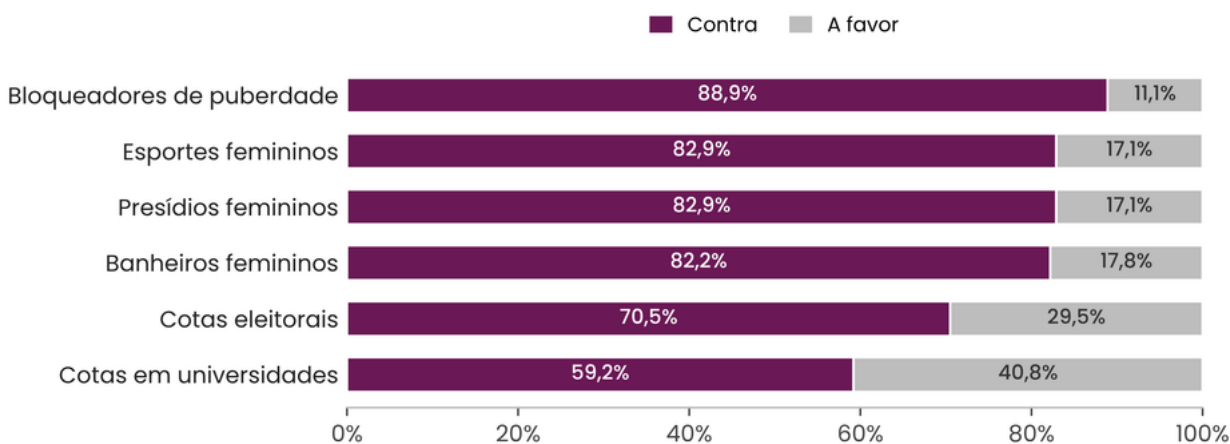
Para o termo "mulher trans", embora o conhecimento varie por escolaridade (23,7% contra 33,6%), ele praticamente não varia por renda (26,4% contra 26,6%): mesmo com as duas variáveis tendendo a andar juntas na amostra, o efeito de uma não se propaga para a outra. Já para o termo "criança trans", o conhecimento varia por renda (7,6% contra 12,8%) em magnitude parecida à de escolaridade (7,0% contra 13,9%), reproduzindo nesse caso a associação usual entre as duas variáveis. A assimetria sugere que o fator por trás do conhecimento sobre mulher trans é mais especificamente ligado à escolaridade do que a um efeito socioeconômico mais amplo, enquanto para criança trans escolaridade e renda parecem operar como uma mesma dimensão.

Sexo: mulheres souberam definir corretamente os dois termos com um pouco mais de frequência que homens (29,1% contra 24,3% para mulher trans; 9,9% contra 8,3% para criança trans), uma diferença bem menor do que as encontradas para diferentes faixas etárias e de escolaridade.

5. REJEIÇÃO A POLÍTICAS ESPECÍFICAS

Esta seção apresenta a rejeição a cada uma das seis perguntas listadas na Tabela 2, calculada pela regra de agregação descrita na seção 2.4 (ou seja, apenas respostas "concorda totalmente" foram contabilizadas como respostas a favor de políticas baseadas em autodeclaração de gênero). O Gráfico 4 resume o resultado: em todos os seis itens, a maioria dos entrevistados que se posicionaram é contra a utilização da autoidentificação de gênero para acesso a espaços e políticas para mulheres e a cotas universitárias.

Gráfico 4: Posição sobre os seis itens pesquisados (% Contra e % A favor)



Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. "Contra" soma discorda totalmente, discorda em parte e concorda em parte; "A favor" corresponde a concorda totalmente. Base: entrevistados que se posicionaram, excluídos "não concorda, nem discorda" e "não sabe/não respondeu" (seção 2.4).

5.1 ESPAÇOS FEMININOS: BANHEIROS, PRESÍDIOS E ESPORTES

A pesquisa perguntou se pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher têm o direito de acessar banheiros femininos, de ser transferidas para prisões femininas e de competir em categorias esportivas femininas (Tabela 2). Aplicando a regra de agregação descrita na seção 2.4, o resultado é uma rejeição esmagadora.

Tabela 13: Rejeição ao acesso a espaços femininos por pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher

Espaço	% Contra a autoidentificação
Banheiros femininos	82,2%
Presídios femininos	82,9%
Esportes femininos	82,9%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4.

5.2 COTAS: ELEITORAIS E UNIVERSITÁRIAS

A pesquisa investigou, separadamente, o uso do critério da autoidentificação de gênero para acesso a dois mecanismos de ação afirmativa: as cotas eleitorais para mulheres e as cotas em universidades públicas. Em ambos os casos a maioria rejeita a extensão, mas a intensidade da rejeição difere.

Tabela 14: Rejeição ao uso de cotas por pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher

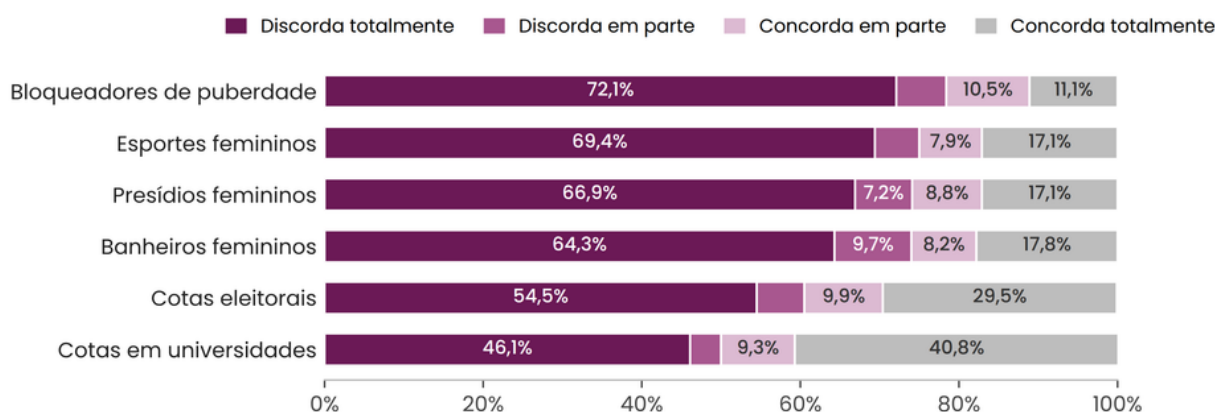
Política	% Contra a autoidentificação
Cotas eleitorais para mulheres	70,5%
Cotas em universidades públicas	59,2%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4.

Mesmo no item de menor rejeição entre os seis avaliados pela pesquisa, cotas universitárias, quase 6 em cada 10 brasileiros se opõem a que pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher tenham direito a cotas no ensino superior. Não há, entre os temas pesquisados, nenhum em que políticas baseadas em autoidentificação reúnam apoio majoritário. É interessante notar que a rejeição é mais forte nos casos em que os espaços ou a política são exclusivos para mulheres, como banheiros, prisões e esportes femininos e cotas eleitorais. Aqui, a diferença de 11,3 pontos percentuais entre a rejeição ao uso de autoidentificação para participação em cotas eleitorais para mulheres e a rejeição ao acesso a cotas universitárias é consistente com essa leitura.

5.3 BLOQUEADORES DE PUBERDADE E HORMÔNIOS DO SEXO OPOSTO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Entre os seis temas com respostas do tipo concorda/discorda, o uso de bloqueadores de puberdade e hormônios do sexo oposto em crianças e adolescentes que não se reconhecem como sendo do sexo de nascimento é o que reúne a rejeição mais alta: 88,9% dos entrevistados que se posicionaram são contra, aplicando a mesma regra de agregação dos demais itens. É também o item em que a discordância total, sozinha, é mais alta: 72,1% dos que se posicionaram discordam totalmente, o que, mesmo sem a soma das respostas parciais, já representa a maioria absoluta das respostas (Gráfico 5).

Gráfico 5: Distribuição das respostas nos seis itens, entre os que se posicionaram (%)

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. Base: entrevistados que se posicionaram, excluídos "não concorda, nem discorda" e "não sabe/não respondeu". Valores abaixo de 6,5% não estão rotulados (em cotas em universidades, "discorda em parte" soma 3,9%).

A pesquisa não perguntou sobre transição médica em adultos, o que limita uma comparação direta entre os dois grupos etários. As perguntas sobre adultos, cujas respostas foram analisadas nas seções 5.1 e 5.2, dizem respeito a acesso a espaços e políticas públicas. Apesar disso, fica claro que quando o tema envolve crianças e uma intervenção médica com efeitos duradouros, a rejeição deixa de ser apenas majoritária e se torna quase consensual.

6. QUEM REJEITA MAIS, QUEM REJEITA MENOS

6.1 VOTO EM 2022 E INTENÇÃO DE VOTO EM 2026

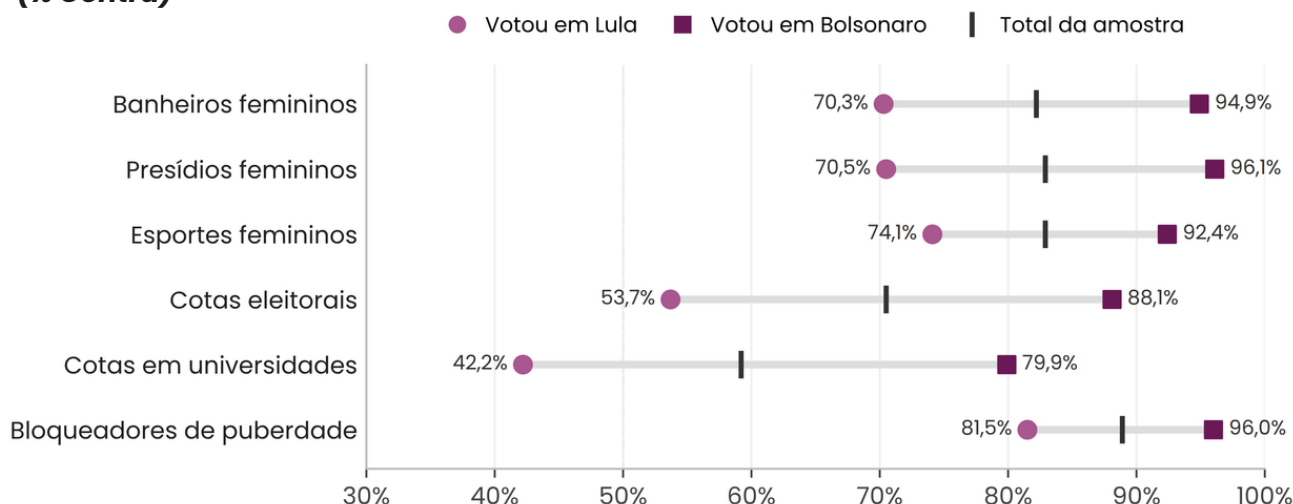
A rejeição às políticas de autoidentificação é majoritária em quase todos os grupos sociodemográficos e políticos pesquisados; o que varia é a intensidade. A única exceção é o item cotas universitárias entre eleitores de Lula e entre quem se declara de esquerda, grupos em que a rejeição fica abaixo de 50% (42,2% e 39%, respectivamente). A Tabela 15 aplica a regra de agregação da seção 2.4 aos seis itens, mostrando a rejeição a cada tema por lembrança de voto no 2º turno de 2022; o Gráfico 6 destaca a distância entre os eleitores de Lula e de Bolsonaro.

Tabela 15: Rejeição aos seis itens, por lembrança de voto no 2º turno de 2022 (% Contra)

Voto 2022	Banheiros	Presídios	Esporte	Cotas eleit.	Cotas univ.	Bloqueadores
Lula (n=482)	70,3%	70,5%	74,1%	53,7%	42,2%	81,5%
Jair Bolsonaro (n=391)	94,9%	96,1%	92,4%	88,1%	79,9%	96,0%
Nenhum (n=161)	87,4%	88,3%	84,1%	77,9%	61,7%	91,2%
Não sabe/Não respondeu (n=82)	80,6%	80,0%	85,3%	68,1%	54,3%	89,2%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4. As linhas "Nenhum" e "Não sabe/Não respondeu" referem-se a quem não soube ou não quis indicar o voto no 2º turno de 2022, não à pergunta sobre o tema trans; por se basearem em amostras menores, esses dois grupos têm margem de erro maior.

Gráfico 6: Rejeição aos seis itens entre eleitores de Lula e de Bolsonaro em 2022 (% Contra)



Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4. A linha tracejada marca 50%.

A Tabela 16 segmenta a amostra de acordo com a intenção de voto declarada para as eleições de outubro de 2026 (candidatos menores agregados em um bloco único de "terceira via": Caiado, Zema, Renan Santos, Barbosa, Cury e Daciolo, somando 151 casos; e "Nenhum" somado a "não sabe/não respondeu", 272 casos).

Tabela 16: Rejeição aos seis itens, por intenção de voto para Presidente em 2026 (% Contra)

Item	Lula (n=406)	Flávio Bolsonaro (n=287)	Terceira via (n=151)	Nenhum/Não sabe (n=272)
Banheiros femininos	68,2%	96,1%	92,8%	81,9%
Presídios femininos	67,9%	94,4%	92,8%	86,6%
Esportes femininos	72,8%	92,2%	91,7%	82,2%
Cotas eleitorais	51,4%	87,3%	83,9%	72,9%
Cotas universidades	39,0%	73,5%	79,9%	62,1%
Bloqueadores de puberdade	80,1%	95,0%	92,2%	92,3%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4.

O voto, em 2022 ou em 2026, segue sendo a variável que mais separa os grupos. Na pergunta sobre acesso a banheiros femininos com base em autodeclaração de gênero, a rejeição é de 94,9% entre quem lembra ter votado em Jair Bolsonaro no 2º turno de 2022, contra 70,3% entre quem votou em Lula, uma diferença de 24,6 pontos percentuais. O padrão é semelhante para a intenção de voto em 2026: 96,1% entre eleitores de Flávio Bolsonaro e 68,2% entre eleitores de Lula. A distância é ainda maior no acesso a cotas universitárias (79,9% contra 42,2% por lembrança de voto em 2022). Mas mesmo entre eleitores de Lula, tradicionalmente mais favoráveis a pautas baseadas na ideia de identidade de gênero, a rejeição é majoritária em cinco dos seis itens, ultrapassando 80% de rejeição ao uso bloqueadores de puberdade e hormônios do sexo oposto em menores de idade; a exceção é o acesso a cotas universitárias com base em autodeclaração (42,2% de rejeição entre os eleitores de Lula em 2022 e 39,0% entre quem declara intenção de voto no candidato em 2026). O dado que mais se destaca na tabela 16 é que o eleitorado que declara intenção de voto em candidatos classificados como "terceira via" nas eleições presidenciais de 2026 rejeita cotas universitárias mais que aqueles que declaram intenção de voto em Flávio Bolsonaro (79,9% contra 73,5%). Nos demais itens, a rejeição desse grupo fica próxima à dos eleitores de Flávio Bolsonaro: candidaturas fora da polarização Lula-Bolsonaro não representam, portanto, um eleitorado mais favorável a políticas baseadas em autoidentificação de gênero.

6.2 POSICIONAMENTO POLÍTICO

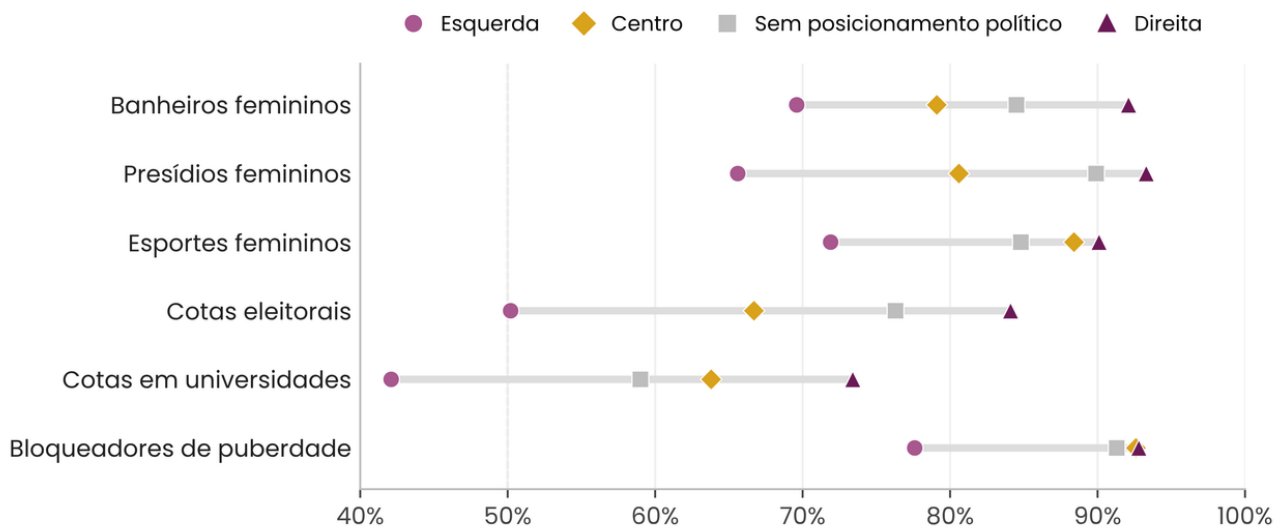
O posicionamento político declarado rivaliza com o voto como variável explicativa. A Tabela 17 e o Gráfico 7 consideram apenas os grupos de tamanho amostral robusto, excluindo "extrema-direita" e "extrema-esquerda", com apenas 38 e 18 casos, respectivamente, e por isso sujeitos a maior margem de erro.

Tabela 17: Rejeição aos seis itens, por posicionamento político declarado (% Contra)

Posicionamento político	Banheiros	Presídios	Esporte	Cotas eleit.	Cotas univ.	Bloqueadores
Direita (n=290)	92,1%	93,3%	90,1%	84,1%	73,4%	92,8%
Sem posicionamento político (n=364)	84,5%	89,9%	84,8%	76,3%	59,0%	91,3%
Centro (n=103)	79,1%	80,6%	88,4%	66,7%	63,8%	92,6%
Esquerda (n=251)	69,6%	65,6%	71,9%	50,2%	42,1%	77,6%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4. Grupos "extrema-direita" (n=38) e "extrema-esquerda" (n=18) omitidos por tamanho amostral reduzido.

Gráfico 7: Rejeição aos seis itens, por posicionamento político declarado (% Contra)



Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4. Os valores exatos estão na Tabela 17. A linha tracejada marca 50%.

O dado mais notável desta tabela é a posição de quem se declara "sem posicionamento político". Na pergunta sobre acesso a banheiros femininos, esse grupo rejeita a autoidentificação mais do que o centro declarado (84,5% contra 79,1%), ficando entre o

centro e a direita (92,1%). O mesmo acontece em relação à alocação em presídios por identidade de gênero (89,9%, mais perto da direita, 93,3%, do que do centro, 80,6%) e ao usufruto de cotas eleitorais femininas (76,3%, contra 66,7% do centro e 84,1% da direita). Como o grupo "sem posicionamento" é o maior segmento da amostra (32,6%, seção 3), esse padrão pesa mais na opinião pública agregada do que a própria polarização entre esquerda e direita: não ter uma identidade político-partidária declarada não significa, neste tema, neutralidade de opinião.

6.3 SEXO, ESCOLARIDADE E RENDA

Sexo: homens rejeitam políticas baseadas em autoidentificação de gênero em proporção maior que mulheres nos seis itens, com a diferença mais acentuada em cotas universitárias (10,2 pontos percentuais) e a menor em bloqueadores de puberdade (1,5 ponto, item em que a rejeição já está perto do teto para os dois sexos).

Tabela 18: Rejeição aos seis itens, por sexo (% Contra)

Item	Homens (n=580)	Mulheres (n=536)
Banheiros femininos	85,8%	78,5%
Presídios femininos	84,7%	80,9%
Esportes femininos	85,7%	79,9%
Cotas eleitorais	74,1%	66,5%
Cotas universidades	64,1%	53,9%
Bloqueadores de puberdade	89,6%	88,1%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágile 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4.

Escolaridade e renda seguem, juntas, um padrão menos uniforme: quem tem mais escolaridade ou renda rejeita menos o acesso a banheiros e presídios femininos com base em autodeclaração de gênero, mas rejeita mais a participação em esportes femininos e, principalmente, o acesso a cotas universitárias. Neste último item, os dois grupos de maior status socioeconômico se destacam pela rejeição mais alta, não mais baixa.

Tabela 19: Rejeição aos seis itens, por escolaridade (% Contra)

Item	Até médio (n=786)	Superior (n=330)
Banheiros femininos	84,8%	76,3%
Presídios femininos	85,2%	77,6%
Esportes femininos	81,1%	87,1%
Cotas eleitorais	71,8%	67,4%
Cotas universidades	57,0%	64,4%
Bloqueadores de puberdade	88,9%	88,9%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4.

Tabela 20: Rejeição aos seis itens, por renda familiar (% Contra)

Item	Até 5 SM (n=765)	Mais de 5 SM (n=289)
Banheiros femininos	82,1%	80,7%
Presídios femininos	83,4%	80,6%
Esportes femininos	81,4%	88,1%
Cotas eleitorais	69,6%	71,8%
Cotas universidades	55,9%	68,8%
Bloqueadores de puberdade	89,5%	86,1%

Fonte: microdados da Pesquisa Ágili 2026. Percentuais "Contra", regra de agregação da seção 2.4. Exclui 62 casos de renda não informada.

Por renda, a maior diferença aparece em cotas universitárias (12,9 pontos percentuais a mais de rejeição entre quem ganha mais de 5 SM). Por escolaridade, as maiores diferenças estão em banheiros (8,5 pontos percentuais) e presídios (7,6 pontos percentuais), com menos rejeição entre quem tem ensino superior, e em cotas universitárias (7,4 pontos), no sentido oposto (maior rejeição). Em ambos os casos, a rejeição a bloqueadores de puberdade praticamente não varia: é o item mais consensual do relatório em qualquer recorte.

6.4 UMA LEITURA CONJUNTA

Os cruzamentos deste capítulo mostram alguns padrões consistentes. Escolaridade se associa tanto ao conhecimento sobre o significado dos termos "mulher trans" e "criança trans" quanto à intensidade da rejeição: quem tem ensino superior sabe definir mais os termos (seção 4.2), em relação aos grupos com menor escolaridade, e rejeita menos o acesso a banheiros e presídios femininos por autodeclaração de gênero. A exceção, para

a qual a rejeição aumenta e não diminui com o aumento de escolaridade – e de renda – é o acesso a cotas universitárias por autodeclaração de gênero. O voto, em 2022 (lembrança) ou em 2026 (intenção), é a variável que mais separa os grupos, com o eleitorado de Lula rejeitando menos todos os itens do que o de Bolsonaro. A variável sexo mostra uma diferença pequena e uniforme, com homens apresentando percentuais de rejeição a políticas baseadas em autodeclaração de gênero um pouco maiores que os das mulheres em todos os itens. E o posicionamento político mostra que quem se declara sem posicionamento político, o maior grupo da amostra, não é neutro nesse tema: essa parte do eleitorado rejeita as políticas baseadas em identidade de gênero em níveis altos, sempre acima da esquerda e, em vários itens, também acima dos percentuais de quem se declarou com um posicionamento de "centro".

7. COMPARAÇÃO COM A PESQUISA DE 2024

Esta seção concentra todas as comparações deste relatório com a I Pesquisa Nacional de Opinião, realizada pela MATRIA em 2024. A comparação entre os dois levantamentos é possível apenas nos pontos em que a pergunta manteve o mesmo eixo temático; nos demais, a pesquisa de 2026 modificou o desenho ou introduziu tema inédito, e por isso não há equivalência para todas as perguntas.

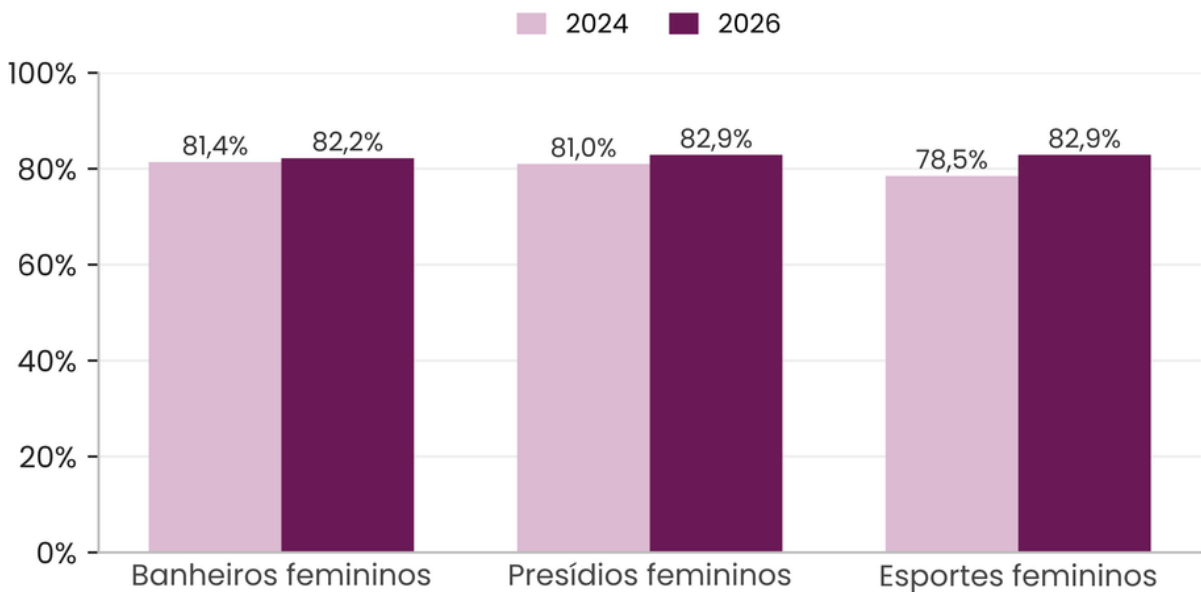
7.1 O QUE É DIRETAMENTE COMPARÁVEL

Tabela 21: Rejeição ao acesso a espaços femininos, 2024 e 2026 (% Contra)

Item	2024	2026	Variação
Banheiros femininos	81,4%	82,2%	+0,8 p.p.
Presídios femininos	81,0%	82,9%	+1,9 p.p.
Esportes femininos	78,5%	82,9%	+4,4 p.p.

Fonte: relatório MATRIA 2024 e microdados da Pesquisa Ágile 2026. Percentuais "Contra", mesma regra de agregação nos dois anos (seção 2.4).

Gráfico 8: Rejeição ao acesso a espaços femininos, 2024 e 2026 (% Contra)



Fonte: relatório MATRIA 2024 e microdados da Pesquisa Ágile 2026.

Os três indicadores centrais da pesquisa permanecem, dois anos depois, dentro da mesma faixa de 78% a 83%, com variações de no máximo 4,4 pontos percentuais, mesmo com a mudança na redação das perguntas entre os dois questionários (Tabela 21 e Gráfico 8).³ Com margem de erro de 3 pontos percentuais em cada levantamento (95% de confiança), a margem combinada para comparar os dois anos é de aproximadamente 4,2 pontos percentuais. As variações em banheiros (+0,8 p.p.) e presídios (+1,9 p.p.) estão dentro dessa margem. A de esportes (+4,4 p.p.) fica um pouco acima dela, o que indica uma leve alta da rejeição nesse item. A leitura mais direta é de estabilidade, com tendência de alta em esportes: o intenso debate público sobre o tema nesses dois anos não reduziu a rejeição em nenhum dos três espaços.

7.2 VOTO EM 2022 E REJEIÇÃO A BANHEIROS

Tabela 22: Rejeição ao acesso a banheiros femininos, por voto no 2º turno de 2022, em 2024 e 2026 (% Contra)

Voto 2022	2024	2026	Variação
Lula	67,8%	70,3%	+2,5 p.p.
Jair Bolsonaro	95,6%	94,9%	-0,7 p.p.

Fonte: relatório MATRIA 2024 (dado publicado) e microdados da Pesquisa Ágili 2026.

Este é o único cruzamento com esse nível de detalhe publicado a partir da base de 2024, o que permite aqui uma comparação direta, grupo a grupo, e não apenas de totais; outros cruzamentos podem, em princípio, ser reproduzidos a partir dos microdados de 2024 numa próxima revisão. O padrão de 2024 se mantém: mesmo entre eleitores de Lula, tradicionalmente mais próximos da pauta de identidade de gênero, a rejeição é maioria absoluta em ambos os anos, com leve alta (+2,5 pontos). Entre eleitores de Bolsonaro, a rejeição já estava perto do teto em 2024 e recuou muito discretamente (-0,7 ponto), variação que está dentro da margem de erro da pesquisa.

7.3 CONHECIMENTO SOBRE "O QUE É MULHER TRANS"

Em 2024, 39% dos entrevistados souberam definir corretamente o termo, usando a classificação daquele relatório; em 2026, o percentual, recalculado com um critério alinhado ao de 2024 (identificação ou sentimento de gênero, sem exigir menção a vestimenta, tratamento hormonal ou cirurgia, seção 2.3), foi de 26,6%. A direção (minoria

³ Em 2024, as perguntas sobre banheiros, presídios e esportes femininos foram formuladas no condicional ("Pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher deveriam ter o direito de..."), enquanto em 2026 passaram a ser formuladas de forma declarativa ("Pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher têm o direito de..."). No caso dos presídios, a pergunta de 2024 mencionava ocupar a mesma cela que as mulheres, e a de 2026, a transferência para prisões femininas. O sujeito descrito, o espaço em questão, a escala de resposta e a regra de agregação (seção 2.4) são os mesmos nos dois anos, de modo que as mudanças não impactam os achados: os três indicadores permanecem na mesma faixa em 2024 e 2026.

sabe, maioria não) se mantém, e a distância entre os dois anos aumenta. Como a classificação de respostas abertas envolve alguma margem de interpretação, parte da diferença pode vir de decisões de classificação em casos de fronteira. Ainda assim, uma queda de mais de 12 pontos percentuais é grande demais para ser explicada apenas por isso, já que os dois relatórios usam o mesmo critério: a menção a identificação ou sentimento de gênero.

7.4 O QUE NÃO É DIRETAMENTE COMPARÁVEL

A pergunta sobre posicionamento político já existia no questionário de 2024, mas sem a opção "sem posicionamento político" como alternativa explícita: em 2024 a categoria mais numerosa era "direita" (32,1%), com 23,7% caindo em "não sabe/não respondeu"; em 2026, com a opção explícita disponível, "sem posicionamento político" passou a ser a maior categoria (32,6%, seção 3). A comparação entre os dois anos deve levar em conta essa mudança na formulação da pergunta, e não necessariamente uma despolarização da amostra.

A lembrança de voto no 2º turno de 2022 já era, em 2024, a variável mais forte para explicar a variação da opinião sobre o tema; não houve alteração nesse ponto entre as duas pesquisas. O que muda é a posição relativa de sexo e situação parental (ter ou não filhos) entre si: em 2024, o sexo explicava mais a variação da opinião do que a situação parental, e em 2026 esse padrão se inverte. Na pergunta sobre acesso a banheiros femininos, a diferença de rejeição entre quem tem e quem não tem filhos (85,7% contra 74,3%, ou 11,4 pontos percentuais) supera a diferença entre homens e mulheres (85,8% contra 78,5%, ou 7,3 pontos, seção 6.3).

Em 2024, uma única pergunta versava sobre acesso a cotas universitárias e cotas em concursos públicos com base em autodeclaração de gênero. Como em 2026 foi feita uma pergunta exclusivamente a respeito de acesso a cotas universitárias (seção 2.5), os números dos dois anos não são diretamente comparáveis.

8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa de 2026 confirma e aprofunda uma conclusão central da pesquisa realizada em 2024: a substituição progressiva do marcador 'sexo' por 'identidade de gênero' em políticas públicas e espaços para mulheres tem ocorrido à revelia da concordância e da compreensão de grande parte dos cidadãos brasileiros. Essas mudanças não são uma demanda da sociedade brasileira, pelo contrário: encontram resistência massiva em todos os estratos sociais, independentemente de voto, sexo ou situação parental. Os dados deste relatório são cruciais para a discussão sobre os direitos das mulheres, dada a relevância crescente das políticas de autoidentificação em contextos sociais e legais que as impactam diretamente.

8.1 UM DESCONHECIMENTO QUE SE APROFUNDA QUANDO O TEMA ENVOLVE CRIANÇAS

O achado mais contundente desta pesquisa é que cerca de três em cada quatro brasileiros (73,4%) não conseguem definir corretamente o que é uma mulher trans, e 90,9% não sabem definir o que é uma criança trans (seção 4). Isso significa que a extensão de políticas de autoidentificação a crianças e adolescentes, incluindo intervenções médicas com efeitos duradouros como os bloqueadores de puberdade, bem como a inserção de pessoas do sexo masculino transidentificadas em espaços e direitos femininos, avançou no debate público e nas instituições num ritmo muito mais rápido do que a compreensão da própria sociedade sobre do que se trata. Um déficit de informação dessa magnitude não é um detalhe estatístico: é um sintoma de que o debate está concentrado entre especialistas, ativistas, gestores públicos e tribunais, mas ainda não chegou, de fato, à população que será afetada por suas consequências. Entre essas pessoas estão, presumivelmente, boa parte das famílias envolvidas em processos de transição, as crianças e adolescentes submetidos a tratamentos com efeitos irreversíveis e as mulheres em geral, que veem seus espaços e direitos serem alterados muitas vezes sem saber do que se trata. Decisões com esse alcance deveriam ser debatidas com quem vai conviver com elas.

8.2 UMA REJEIÇÃO QUE ATRAVESSA O ESPECTRO POLÍTICO

Um dos cruzamentos mais interessantes é o que segmenta a rejeição por posicionamento político (seção 6.2). Ele revela que a rejeição às políticas de autoidentificação não é propriedade de um único campo ideológico: mesmo entre quem se declara de esquerda, a rejeição é majoritária em cinco dos seis itens pesquisados (a exceção são as cotas universitárias, com 42,1% de rejeição), e no caso do uso de bloqueadores de puberdade e hormônios em menores de idade, a rejeição chega a 77,6%, mesmo neste grupo.

8.3 BLOQUEADORES DE PUBERDADE E HORMÔNIOS DO SEXO OPOSTO: O MAIOR CONSENSO DA PESQUISA

Entre todos os temas pesquisados, nenhum reúne rejeição tão alta e tão uniforme quanto o uso de bloqueadores de puberdade e hormônios do sexo oposto em crianças e adolescentes (88,9%, seção 5.3). É também o item em que a discordância total, sozinha, é mais alta (72,1% dos que se posicionaram). A leitura mais direta desse dado é que, quando o debate sobre autoidentificação se desloca de adultos para crianças, e de uso de espaços físicos ou políticas afirmativas para intervenções médicas de efeito duradouro, a sociedade brasileira reage com um grau de consenso raramente visto em pesquisas de opinião sobre temas de costumes.

8.4 UMA CONCLUSÃO EM DUAS PARTES

O retrato geral desta pesquisa é claro: a esmagadora maioria dos brasileiros, em praticamente todos os segmentos sociais e políticos, rejeita a substituição do sexo pela identidade de gênero autodeclarada como critério para o acesso a espaços, direitos e políticas públicas voltadas a mulheres. Os eleitores também discordam de forma massiva de intervenções médicas em menores de idade com a justificativa de identidade de gênero. Essa rejeição não é uma bandeira de um lado da política: é quase um piso comum entre esquerda, direita e os que não se filiam a nenhum campo. Como mostra a seção 7, esse retrato já estava presente na pesquisa de 2024 e permanece estável dois anos depois. As conclusões devem orientar quem formula políticas públicas sobre o tema: a legitimidade popular da autoidentificação de gênero, tal como praticada hoje, segue frágil.

9. REFERÊNCIAS

ÁGILI PESQUISAS E MARKETING. *Pesquisa Eleitoral Brasil, MATRIA*. Londrina: Ágili Pesquisas, 8 de julho de 2026. Registro TSE nº BR-05097/2026.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). *Understanding transgender people, gender identity and gender expression*. Washington, DC: APA, s.d. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/lgbtq/transgender-people-gender-identity-gender-expression>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275*. Relator Ministro Marco Aurélio, julgamento em 2018.

MATRIA, Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil. *Relatório: Opiniões dos Eleitores Brasileiros sobre a Autoidentificação de Gênero*. I Pesquisa Nacional de Opinião, IRG Pesquisa, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Gender and health*. Genebra: OMS, s.d. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/gender-and-health>.